

MAIO 2015

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



A FESTA DO 1º DE MAIO NO PORTO

**BOLSAS
CONTRATAÇÃO
ESCOLA**

P2 - BCE SIMPLIFICADA

saúde
campanha nacional
sensibilização e formação
sobre doenças profissionais
dos trabalhadores da educação

P4, P5, P6, P7 - 30 % DOS PROFESSORES
ESTÃO PERTO DO BURNOUT

NESTA EDIÇÃO

P3 - PROCEDIMENTOS DOS CONCURSOS TAMBÉM EM ANÁLISE

P8 - EPE

COMISSÕES DE SERVIÇO DEIXAM DE TER LIMITAÇÃO DE TEMPO
NEGOCIAÇÕES COM A TUTELA NÃO FORAM SUFICIENTES PARA
DESCONVOCAR A GREVE

GREVE COM BALANÇO POSITIVO

PROFESSORES DO EPE MOSTRARAM A SUA INDIGNAÇÃO

P9 - É PRECISO INVESTIR NA MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES DOS
JOVENS

P10, P11 - 1º DE MAIO JUNTOU MILHARES DE TRABALHADORES NO
PORTO

P12 - CORREIO JURÍDICO | LEGISLAÇÃO - MAIO 2015

P13 - O QUE NOS MOVE

BCE com menos critérios

No âmbito da reunião com a Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) para discutir a reformulação da Bolsa de Contratação de Escola, a FNE obteve a garantia da tutela que os procedimentos da BCE vão ser antecipados.

A proposta apresentada à FNE, e que ainda está em fase de discussão, prevê que os muitos critérios de candidatura a que os professores estavam obrigados sejam reduzidos. A proposta da DGAE reduz para 12 os critérios a ter em conta na BCE. Desses, as escolas poderão escolher aplicar apenas oito, de acordo com as necessidades manifestadas e com o perfil pretendido para as funções com lugares em aberto.

“Queremos que o processo este ano possa ser tão transparente e objetivo quanto possível”, declarou Dias da Silva aos jornalistas, que referiu que a redução no número de critérios atribui ao processo

de candidatura uma clareza que vai também ajudar a “limitar ao máximo” qualquer possibilidade de falsificação de informação por parte dos candidatos.

Recorde-se que a FNE discorda da existência deste mecanismo de contratação cujo modelo provocou atrasos de meses na colocação de professores nas escolas e retardou o início do ano letivo para milhares de alunos, em alguns casos quase até ao final do 1.º período, em algumas disciplinas.

Na reunião com a DGAE a FNE teve oportunidade de reiterar a sua discordância em relação ao mecanismo de BCE, considerando que não respeita os critérios que a FNE defende como inultrapassáveis, nomeadamente o respeito pleno pela lista graduada nacional para todas as vagas que ocorrerem ao longo de todo o ano letivo, e enquanto houver candidatos.

**BOLSAS
CONTRATAÇÃO
ESCOLA**



Procedimentos dos concursos também em análise



Na sequência do pedido de reunião enviado pela FNE ao Ministério da Educação e Ciência, no sentido de obter esclarecimentos relativamente às injustiças verificadas após a publicação das listas graduadas de candidatos aos concursos para 2015/2016, a FNE reuniu a 12 de maio, na Direção Geral da Administração Escolar (DGAE) para tratar desta questão.

No encontro com a Diretora Geral, foram discutidos os problemas verificados através da utilização da chamada “norma travão” com a DGAE a garantir que irá analisar com toda a atenção as denúncias que chegaram aos serviços e que as candidaturas serão confrontadas com a documentação do docente. A DGAE informou que face a uma eventual irregularidade detetada nenhum docente ficará prejudicado.

Nesta reunião foi mais uma vez levantada a questão

da profissionalização, com a FNE a enfatizar a necessidade de criar condições para a conclusão da profissionalização pela Universidade Aberta, conforme compromisso do MEC, quer para professores do ensino artístico, mas também para os do ensino particular. A DGAE informou que propôs à tutela o prolongamento do prazo para profissionalização até 2017.

A FNE levantou ainda a questão da avaliação das docentes em situação de gravidez de risco e/ou licença de maternidade e alertamos a Diretora Geral para a desinformação prestada em alguns casos. Defendemos que nenhuma docente pode ser penalizada por esta situação e foi feita a proposta de que a DGAE enviasse orientações às escolas e que essas orientações possam ser no sentido que o que conta no caso de uma gravidez ou licença de maternidade é a última avaliação que a docente teve.

Campanha de Saúde FNE

30 % dos professores estão perto do esgotamento e 37% têm problemas da voz



Apresentação da Campanha - 13 de maio de 2015

Riscos psicossociais, como o stress relacionado com o trabalho, afetam cada vez mais a saúde e o bem-estar dos trabalhadores da educação. Nas nossas escolas os professores e os trabalhadores não docentes confrontam-se

diariamente com uma redução da qualidade das condições de trabalho.

No caso dos professores a desvalorização do trabalho docente é assinalada como principal fonte

de stress. Também os trabalhadores não docentes apresentam cada vez mais situações de stress, em função da precariedade nas condições de trabalho e da nova realidade do trabalho efetuado em contexto escolar.



saúde

campanha nacional
sensibilização e formação
sobre doenças profissionais
dos trabalhadores da educação



Consciente deste facto e da ausência de medidas concretas que possam contrariar esta influência negativa no sistema educativo português, a FNE – Federação Nacional da Educação, em parceria com a MGEN – uma das principais mútuas de saúde da Europa – realizam uma Campanha de Saúde que vai alertar os profissionais da educação para o impacto do stress, dos problemas da voz e das lesões músculo-esqueléticas no seu quotidiano. A iniciativa que versará sobre os três temas acima assinalados pretende sensibilizar os profissionais da educação para estas questões e para a necessidade de intervir junto do Governo, no sentido de verem criados mecanismos de proteção destes trabalhadores.

As sessões de esclarecimento e debate junto dos profissionais vão prolongar-se pelos próximos meses. A primeira sessão, que marcou o arranque oficial da campanha, realizou-se a 15 de maio, em Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores e foi dedicada aos trabalhadores não docentes. Prosseguiu a 16 de maio, no mesmo local, desta vez com uma sessão de esclarecimento dirigida a professores. A iniciativa prolonga-se pelos meses seguintes, com sessões já agendadas até novembro.

Os fundamentos da campanha

Em Portugal, estudos recentes revelam **que 30% dos docentes têm níveis elevados de burnout e 20% apresentam níveis médios.** Há uma relação direta entre o elevado nível de burnout e os baixos níveis de satisfação no trabalho.

A prevalência de problemas de voz é igualmente elevada, sendo que 85% dos docentes nunca tiveram qualquer treino vocal durante o seu percurso profissional e a prevalência de uma perturbação vocal profissional situa-se nos 37%. O impacto económico dos problemas da voz está avaliado numa quantia superior a 4,5 milhões de euros.





Stress e burnout

É reconhecido por todos, e sustentado em vários estudos nacionais e internacionais, que o trabalho dos professores está associado a elevados níveis de pressão. O bem-estar dos professores é considerado essencial para o sucesso de todo o projecto educativo. Tendo em conta todas as mudanças sociais e políticas dos últimos anos o stress dos docentes e os casos de *burnout* devem constituir uma preocupação de todos os que defendem um ensino de qualidade.

O *stress* e o *burnout* em professores têm sido associados com inúmeras variáveis relacionadas com o seu desempenho, entre elas destacam-se: os baixos salários; a precariedade das

condições de trabalho; a grande exigência de tarefas burocráticas; o elevado número de turmas e de alunos; o mau comportamento dos alunos; a falta de formação e competências face a situações novas; a pressão de tempo para o desempenho das tarefas; as exigências na relação com alunos e pais.

Um estudo piloto elaborado pelo Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) foi realizado em 2011 em 30 países da União Europeia e da Associação Europeia de Comércio Livre. O inquérito, incluído no relatório *European – Wide Survey on Teachers Work Related Stress – Assessment, Comparison and Evaluation of the Impact of Psychosocial Hazards on Teachers and their Workplace*, foi distribuí-

do por 716 escolas, num total de 42.600 professores. Responderam a esta solicitação 5.461 professores de 499 escolas. Em Portugal responderam 247 docentes. Os resultados revelaram que 41% dos professores portugueses assinalaram um clima de insegurança. Os professores com turmas com mais de 25 alunos apresentam mais sintomas de stress e há uma relação direta entre o stress e os conflitos no trabalho.

Em Portugal o tema serviu de base a um trabalho de investigação a cargo das investigadoras Ivone Patrão e Joana Santos Rita, da Unidade de Investigação em Psicologia e Saúde, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), que amavelmente autorizaram a FNE a divulgar os resultados.

As duas investigadoras inquiriram mais de 800 professores, numa amostra constituída, sobretudo, por professores com uma média de idades de 45 anos, efetivos na função pública, com uma média de 18 anos na docência. A maioria são mulheres. **A investigação prossegue, mas os primeiros resultados, que reportam a 2012, revelaram resultados significativos que importa destacar:**

- 30% dos docentes têm níveis elevados de *burnout*, 20% com níveis médios e 50% com níveis baixos

- A idade, o tipo de contrato, a experiência profissional, o tipo de ensino, são variáveis que têm peso nos níveis de stress.

- Os professores mais velhos têm níveis de *burnout* superiores.

- Os professores do Ensino Secundário apresentam valores mais elevados de stress, exaustão emocional e maior falta de reconhecimento profissional.

- As mulheres são as mais afetadas.

- Há uma relação direta entre o

elevado nível de *burnout* e os baixos níveis de satisfação no trabalho.

- Os professores que têm alunos com necessidades educativas especiais têm valores mais elevados de ansiedade, *burnout* e preocupações profissionais.

- Os docentes com práticas educativas facilitadoras são aqueles que denotam menos preocupações profissionais e maior reconhecimento pelo papel que desempenham.

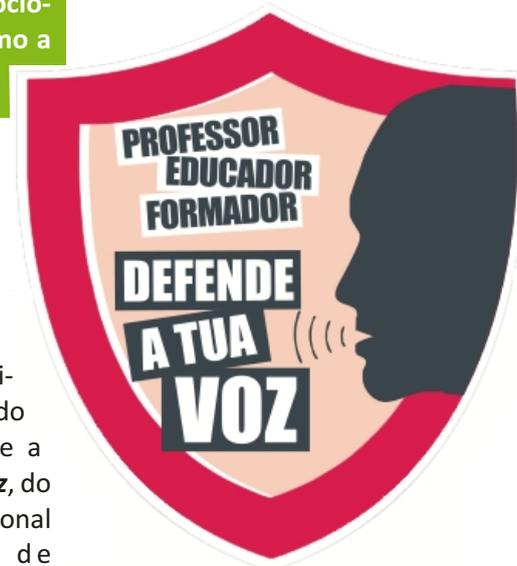
- As estratégias de *coping* (conjunto de estratégias para lidar com situações adversas) mais utilizadas são o controlo emocional, o evitamento e por último a gestão de sintomas.

Problemas da Voz

Os resultados preliminares do rastreio de voz a 325 professores, educadores e formadores em estabelecimentos de toda a zona norte do país, levados a cabo durante a ***Campanha Defende a Tua Voz***, do Centro de Formação Profissional do SPZN – Sindicato de

Professores da Zona Norte.

85 % dos professores que responderam a este rastreio de voz nunca tiveram qualquer treino vocal durante o seu percurso profissional. Quanto à frequência de problemas de voz, as maiores percentagens notaram-se uma vez por mês, três vezes por ano e uma vez por semana, respetivamente, enquanto no grau de problema de voz (limitação profissional), verificou-se uma prevalência de perturbação vocal profissional à volta de 37%. O impacto económico dos problemas da voz está avaliado numa quantia superior a 4,5 milhões de euros.



EPE

Comissões de serviço deixam de ter limitação de tempo

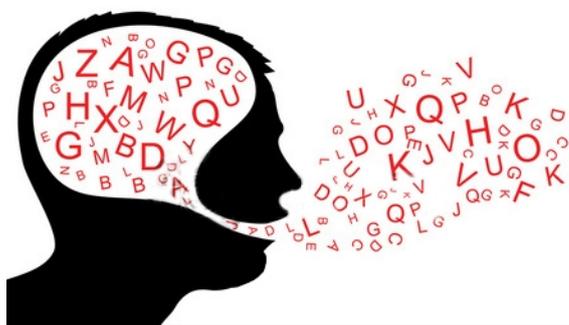
Negociações com a tutela não foram suficientes para desconvocar a greve

A FNE reuniu a 15 de maio com o Instituto Camões para negociar as alterações ao regime jurídico do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE). Esta negociação revestia-se de particular importância uma vez que a FNE tinha um conjunto de propostas relativas ao EPE e que pretendia ver vertidas no novo documento. Lamentavelmente algumas matérias, entre elas as que dizem respeito ao número de alunos por turma e horários dos professores, não foram acolhidas e por isso manteve-se a greve decretada pelo Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas, e que teve lugar a 23 de maio.

A reunião com o Instituto Camões permitiu apenas chegar a um entendimento relativamente à eliminação da limitação do tempo das comissões de serviço, que até agora estavam limitadas a 6 anos.

Outra matéria que foi acolhida pela tutela teve a ver com a necessidade de ser criado um mecanismo de compensação que permitisse a paridade entre o franco suíço e o euro. O governo aprovou em Conselho de Ministros um mecanismo extraordinário de correção cambial às remunerações e abonos dos trabalhadores das diferentes carreiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções nos serviços periféricos externos, e aos coordenadores, adjuntos de coordenação e docentes integrados na rede de ensino de português no estrangeiro.

Esta decisão tem como objetivo corrigir os efeitos conjunturais da desvalorização do euro, que tem provocado um forte impacto negativo nas remunerações e abonos daqueles trabalhadores.



Greve com balanço positivo

Professores do EPE mostraram a sua indignação

A greve de professores às provas voluntárias de avaliação diagnóstica, marcada para 23 de maio pelo Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas (SPCL) foi bem sucedida e registou elevados índices de adesão. A FNE saúda estes resultados da luta dos professores do EPE.

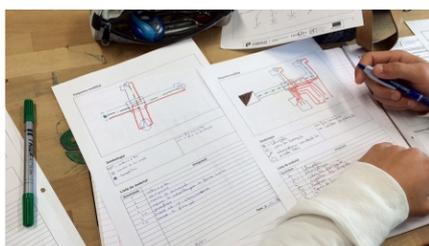
Na Suíça, a adesão à greve ultrapassou os 50% e, em certas áreas consulares, como Zurique, na Alemanha, atingiu os 100%, mas nos outros países da Europa a adesão foi pontual até porque havia menos professores a trabalhar. No cantão do Valais a adesão foi de 95% e as provas foram canceladas.

Nos Grisões e nos cantões do Ticino e de Genebra a adesão foi semelhante, assim como em Zurique, onde 18 dos 22 professores convocados fizeram greve.

Nos restantes países do EPE houve adesões pontuais, devido ao facto de o número de alunos inscritos nas provas ser reduzido, o que levou a que muitos docentes não tivessem sido convocados para as mesmas.

De acordo com o SPCL a greve revelou-se necessária face à indiferença da tutela relativamente à degradação progressiva do ensino, dos salários e das condições de trabalho dos professores e alunos.

É preciso investir na melhoria das qualificações dos jovens



Uma delegação da UGT, liderada pelo Secretário-geral, Carlos Silva, deslocou-se ao distrito de Braga para participar numa série de encontros com entidades institucionais e empresariais da região.

Neste périplo pelo distrito, que o secretário-geral da FNE acompanhou, a UGT visitou a Escola Secundária D. Sancho I, em Vila Nova de Famalicão e a Empresa Flor da Moda, em Barcelos. Esta iniciativa, à semelhança de outras deslocações que têm vindo a ser desenvolvidas pela Central noutros distritos, teve como objetivo uma maior aproximação aos problemas concretos dos trabalhadores e das suas empresas, particularmente ao modo como estas estão a lidar com as atuais dificuldades.

Na visita o Secretário-geral da UGT fez-se acompanhar de vários dirigentes do Executivo, do Presidente da UGT-Braga, César Campos e dos Secretários-gerais da FNE, João Dias da Silva, do SINDEL, Ângelo Pereira e do SINDEQ, Osvaldo Pinho.

Após a ida ao agrupamento de escolas em Famalicão Carlos Silva fez um balanço do encontro e destacou a qualidade do corpo docente e de instalações oferecidas por esta escola e afirmou que é necessário dar continuidade à melhoria das qualificações de forma a corresponder às necessidades do mercado de trabalho.





A primeira intervenção da tarde coube à presidente da central sindical e vice secretária-geral da FNE, Lucinda Dâmaso, que no seu breve discurso exortou à unidade: “Juntos com a UGT conseguiremos uma vida melhor para os trabalhadores portugueses”.

Mais à frente, dirigiu as suas palavras para os desempregados e

para aqueles que continuam a trabalhar sob a ameaça de um emprego precário, prometendo que a UGT tudo fará para reduzir ao máximo aquela chaga social, lutando com todas as armas de que dispuser.

Falou a seguir para os pensionistas e reformados, “que tinham expectativa de poderem vir a desfrutar de um final de vida digna mas que estão a ver frustrada essa possibilidade”, oferecendo-lhes não apenas a solidariedade da central sindical, mas também todos os esforços da UGT na luta pela recuperação da respetiva qualidade de vida.

Por fim, referiu que a UGT, “sempre privilegiando a concertação, continuará a lutar por ela em defesa do estado Social, designadamente com uma saúde e uma educação que proporcionem melhores condições de vida para todos os portugueses, nomeadamente os trabalhadores”.

A festa do 1º de Maio da UGT terminou, tal como não podia deixar de ser, com a habitual

animação musical, que desta vez teve como cabeça de cartaz Quim Barreiros. O popular cantor conseguiu pôr toda a gente a cantar e dançar, com pessoas de todas as idades a fazer a festa.

Já antes outros grupos tinham emprestado um grande colorido a esta tarde chuvosa, como a Academia de Danças e Cantares da Foz do Douro, os “Agostinhos da Roseta” – alunos da Escola Profissional Agostinho Roseta -, os Caretos de Bragança, bombos e gigantones e a Filarmónica do Crato.



Uma convenção coletiva de trabalho abrange todos os trabalhadores?

No setor privado não, abrange os trabalhadores que estejam filiados nas associações signatárias no momento do início do processo negocial, bem como os que nelas se filiem durante o período de vigência dos mesmos acordos (artigo 360º CT).

No que toca à Administração Pública a situação já é diferente: O acordo coletivo de trabalho obriga os empregadores públicos abrangidos pelo seu âmbito de aplicação e as associações sindicais outorgantes. O acordo coletivo de trabalho aplica-se aos trabalhadores filiados em associação outorgante ou membros da associação sindical filiada na união,

federação ou confederação sindical outorgante. O acordo coletivo de trabalho aplica-se ainda aos restantes trabalhadores integrados em carreira ou em funções no empregador público a que é aplicável o acordo coletivo de trabalho, salvo oposição expressa do trabalhador não sindicalizado ou de associação sindical interessada e com legitimidade para celebrar o acordo coletivo de trabalho, relativamente aos seus filiados. O direito de oposição acima indicado deve ser exercido no prazo de 15 dias, a contar da data entrada em vigor do acordo coletivo, através de comunicação escrita dirigida ao empregador público.

Legislação – maio 2015

Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, DR n.º 88, Série II

Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação, as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino.

Despacho n.º 4773/2015, de 8 de maio, DR n.º 89, Série II

Define as regras necessárias para os docentes requererem mobilidade por motivo de doença.

Despacho n.º 72/2015, de 11 de maio, DR n.º 90, Série I

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de

janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa.

Despacho n.º 5251-B/2015, de 20 de maio, DR n.º 97, Série

II – Suplemento - Fixa os termos em que são emitidos os documentos comprovativos da realização dos cursos de complemento de formação superior para a docência no grupo de recrutamento 120.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2015, de 21 de maio, DR n.º 98, Série I

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: No domínio da redação inicial do artigo 252.º, n.º 3, do RCTFP, aprovado pela Lei

n.º 59/2008, de 11/09, a caducidade de um contrato de trabalho a termo certo cuja renovação fosse já legalmente impossível não conferia ao trabalhador direito à compensação referida nessa norma.

Despacho n.º 5418/2015, de 22 de maio, DR n.º 99, Série II

Estabelece a correspondência entre as áreas de formação previstas no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, e as áreas de formação estabelecidas na legislação anterior à sua publicação, para efeitos de manutenção e correspondência da acreditação dos formadores acreditados pelo CCPFC.



Cristina Ferreira
Presidente do STAAE Sul e RA

O que nos move

Somos um sindicato fundado com o grande objetivo de se constituir como uma voz autorizada na defesa dos específicos interesses dos trabalhadores de apoio educativo. Assim sendo somos uma entidade sindical tão somente preocupada com os direitos e deveres dos trabalhadores da educação.

Ao longo do tempo, temos tido uma constante luta pela melhoria do estatuto dos trabalhadores da educação, apostando desde o princípio na promoção da qualificação profissional e preocupados com todas as actividades afins da sua formação, ou seja, uma aposta na formação ao longo da vida.

Numa altura em que, os trabalhadores se sentem desmotivados e sem ânimo, cabe-nos a nós representantes dos seus interesses, promover a sua autoestima e dar-lhes ferramentas para ultrapassarem estes tempos tão difíceis.

Assim o STAAE Sul e RA, tem apostado na formação contínua dos nossos profissionais, realizando dezenas de ações em horário laboral, quer nas áreas dos comportamentos, legislação laboral, segurança e saúde no trabalho e também numa área muito importante e que tem sido desde sempre descuidada pela tutela, a da intervenção/acompanhamento com alunos com necessidades educativas especiais.

Este ano, lançámos um novo desafio: formar e incentivar a validação de competências, de modo, a dotar os trabalhadores com uma certificação profissional reconhecida na UE.

Com uma enorme satisfação temos visto o interesse imenso que este novo projeto tem despertado nos nossos associados e também, convém sublinhar nas direções das escolas e até ainda mais surpreendentemente nas instituições de ensino privado.

Acreditamos que, esta é forma adequada para motivar os nossos colegas de forma a ultrapassarem esta longa noite de desencantos e desânimos.

Trabalhadores qualificados, motivados e cientes do seu efetivo contributo para o sucesso da escola, são o nosso lema e o nosso grande objetivo.

saúde

2015
campanha nacional



campanha nacional sensibilização e formação sobre doenças profissionais dos trabalhadores da educação



PEDRO BARREIROS | 2015

fne

MGEN

europamut

fne.pt

FICHA TÉCNICA
maio 2015

proprietário
Federação Nacional da
Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Fátima Martins e Paulo Amadeu

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato
Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores * Sindicato Democrático dos
Professores da Madeira * Sindicato dos
Professores nas Comunidades Lusiadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores,
Assistentes e Auxiliares de Educação da
Zona Norte * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Costa Cabral, 1035 * 4200-226 Porto *
tel. 225073880 * fax. 225092906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques

fne